

ELETRICIDADE

Abradee quer mudar critérios do subsídio para baixa renda

RICARDO REGO MONTEIRO
PORTO ALEGRE

O presidente da Associação Brasileira das Distribuidoras de Energia Elétrica (Abradee), Luiz Carlos Guimarães, anunciou que pretende trabalhar junto ao Congresso Nacional para mudar os critérios que orientam a concessão do subsídio hoje destinado aos consumidores de baixa renda. Financiada pela Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) – uma contribuição também embutida nas contas de luz –, esse subsídio soma cerca de R\$ 100 milhões/ano.

A intenção da Abradee é corrigir uma distorção na distribuição desse subsídio, causada pela adoção de critérios pouco precisos para a definição dos consumidores de baixa renda. O critério atual, definido pela lei 10.438/02, enquadra nessa categoria todo aquele cliente que tenha um consumo médio de até 80 kilowatts/hora por mês (Kwh/mês). O problema, como também admite o diretor-geral da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), Jerson Kelman, é que muitas vezes esse critério acaba por beneficiar com o subsídio clientes de classe média ou alta. Como exemplos, ele cita proprietários de imóveis de veraneio e moradores de apart-hotéis. Muitos clientes que moram sozinhos também acabam beneficiados com abatimento do valor das contas, em função de um consumo inferior a 80 Kwh/mês.

“A proposta da Abradee é conceder o subsídio apenas para aquelas famílias enquadradas nos programas do governo federal, como o Bolsa-Família. Com isso, seriam evitadas essas distorções, com a concessão do benefício apenas para quem necessita”, justificou Guimarães. Kelman reconhece essas distorções, mas observou que a solução proposta pela Abradee, em-

bora boa, dependeria da conclusão do cadastramento das famílias no programa Bolsa-Família. Em alguns estados, justificou, isso ainda não ocorreu, mas defendeu a discussão para se aperfeiçoar o subsídio.

CONSULTA PÚBLICA

A Aneel colocou em consulta pública a minuta de uma resolução que prevê a destinação de parte dos recursos de programas de eficiência energética para os consumidores de baixa renda. Kelman explicou que o objetivo da iniciativa é melhorar a eficiência do consumo da população de baixa renda, de modo a reduzir o valor das contas de luz pagas por essa parcela de consumidores. Segundo ele, a medida permitiria a destinação de cerca de R\$ 50 milhões por ano para esse programa.



Jerson Kelman

O diretor da Aneel participou na sexta-feira do encerramento do 6º Seminário Jurídico da Abradee. Na ocasião, justificou que a iniciativa poderá contribuir para reduzir a inadimplência, uma vez que, ao pagar menos, os consumidores teriam mais facilidades para honrar os compromissos com as distribuidoras.

Na prática, a resolução prevê a destinação para esse subsídio de parte dos recursos hoje direcionados para pesquisa e desenvolvimento e programas de eficiência energética que somam R\$ 400 milhões e são financiados por meio de uma parcela das contas de luz. Kelman evitou arriscar estimativa para o prazo de aprovação da resolução, mas revelou que ela permitirá subsidiar a compra de eletrodomésticos mais eficientes.